

CHE - CÂMARA DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E EDUCAÇÃO (COMUNICAÇÃO COORDENADA)

NOME: MARTHA BEZERRA VIEIRA

TÍTULO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA CULTURA CORPORAL INCLUSIVA NO COTIDIANO ESCOLAR

AUTORES: MARTHA BEZERRA VIEIRA, MARTHA BEZERRA VIEIRA , MARIALYCE CARVALHO CARVALHO

AGÊNCIA FINANCIADORA (se houver): FAPEMIG

PALAVRA CHAVE: SOCIEDADE, INCLUSÃO ESCOLA

RESUMO

Os estudos sobre a realidade social da escola evidenciam que ela ainda não conseguiu equacionar um dos problemas sérios que é trabalhar com a diversidade.

O marco inicial para a implantação da inclusão educacional foi a Declaração de

Salamanca, documento que reúne diretrizes básicas de uma educação para todos e resultado de uma conferência em Salamanca, na Espanha, realizada de 7 a 10 de junho de 1994 segundo CORDE (1994).

Seus focos principais foram:

Independente das diferenças individuais, a educação é direito de todos;

Toda criança que possui dificuldade de aprendizagem pode ser considerada com necessidades educativas especiais;

A escola deve adaptar-se as especificidades dos alunos e não os alunos as especificidades da escola;

O ensino deve ser diversificado e realizado num espaço comum a todas as crianças.

Alves Mazzotti, (1994) afirmou que estudos sobre percepções, atribuições e atitudes de professores e alunos, bem como comportamentos diferenciados do professor em função de expectativas, relacionando-os ou não a efeitos no aluno, têm procurado uma melhor compreensão do problema.

O estudo das representações sociais, conforme a autora citada parece ser um caminho promissor para que a pesquisa social possa ter maior impacto sobre a prática educativa, adotando um olhar "psicossocial" de um lado, preenchendo o sujeito social com um mundo interior e de outro, restituindo o sujeito individual ao mundo social, como definiu, Moscovici (1990).

As representações sociais são conhecimentos construídos e partilhados socialmente com objetivos de se apropriar de fenômenos que causam estranhamento ou não familiaridade aos grupos societários de acordo com Moscovici, (2003), Sá, (1996). Neste sentido, o estudo parte do princípio de que os professores estão submetidos a um crescente discurso acerca da inclusão educacional e que por isso produzem coletivamente pensamentos sobre estas questões que acabam por orientar seus comportamentos do cotidiano escolar.

Ferreira, M.C.C e Ferreira, I.R (2004), destacaram que os estudos sobre a realidade social da escola evidenciam que ela ainda não conseguiu equacionar um dos seus maiores problemas, conhecido como fenômeno do fracasso escolar. Assim, vivemos um momento na educação em que coexiste a incapacidade da escola para ensinar a todos os seus alunos e desenvolver um processo formativo relevante para eles. A presença de fato de alunos com deficiência, diferente dos alunos anteriormente citados, estranhos ao ambiente escolar, por serem diferentes no conjunto da cultura escolar reforça a concepção de que lugar de pessoa com deficiência é fora da escola regular.

Neste sentido fica patente o despreparo dos educadores em geral quanto ao conhecimento sobre as peculiaridades de um determinado tipo de diferença, principalmente pela ausência de uma política de formação continuada capaz de promover o desenvolvimento profissional, uma vez que as professoras e professores da educação básica não tiveram em sua formação inicial um eixo capacitador para a educação na perspectiva da diversidade. A formação inicial, assim como práticas posteriores, desenvolveu na linha de se estabelecer uma educação para um conjunto idealizado de alunos que aprende acompanhada da exclusão do "diferente".

Sendo assim, a Educação Física no Ensino Fundamental deverá associar uma pedagogia de desenvolvimento que respeite aquilo que a criança traz em si e uma pedagogia de formação preocupada em proporcionar-lhe mais poder sobre si próprio e sobre o mundo desenhando, pois, um papel central na aquisição da imagem do corpo operatório, condição da disponibilidade pessoal em relação ao meio, praticar uma intervenção que forme um cidadão que lute para que o profundo abismo entre incluídos e excluídos seja diminuído, e quem sabe um dia eliminado. Chalita, (2001), apud Ferreira, (2006).

Inúmeras têm sido as tentativas, através da legislação e do planejamento educacional para resolver a questão da inclusão dos diferentes, tais como:

Dos documentos importantes no cenário nacional que legislam sobre a inclusão podemos citar a Constituição Federal de 1988 nos artigos 206 e 208, o Estatuto da Criança e do Adolescente, lei n. 8.069 de 13/07/1990; a Política Nacional da Educação Básica (Resolução CNE/SEESP, 1994); as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB n.2, de 11 de setembro de 2001) (Brasil, 2001), a Lei nº 10.436, que dispõe sobre Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (24 de abril de 2002). Ainda os seguintes documentos legais: Plano Nacional de Educação, Educação Especial, elaborado pelo MEC/SEESP (2000); a nova Política Nacional de Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva (2007); e o Decreto 6.571, de 17 de setembro de 2008, que regulamenta o atendimento educacional especializado.

A Teoria das Representações Sociais que propicia o estudo de como se formam e funcionam os sistemas de referência que utilizamos para classificar pessoas e grupos e para interpretar os acontecimentos da vida cotidiana poderá ser um provável caminho para solucionar dificuldades da inclusão, ela permite aos sujeitos darem um sentido às suas condutas, pois são socialmente elaboradas e partilhadas tendo alcance prático de organização e domínio do ambiente de condutas e comunicações.

Esse estudo das representações sociais parece ser um caminho promissor para atingir a compreensão da inclusão, na medida em que investiga justamente como se formam o sistema de referência para classificar pessoas, grupos e para interpretar os acontecimentos da realidade no dia-a-dia na escola.